

blica Socialista Federativa da Jugoslávia teria a seguinte redacção:

«Artigo 3.º

1 — .....  
2 — As disposições estabelecidas neste artigo não afectarão a aplicação do princípio da livre circulação de serviços para os transportes marítimos que sejam feitos entre portos de Estados Contratantes ou entre os seus portos e os de países terceiros.»

Tenho a honra de propor igualmente que, se V. Ex.<sup>a</sup> estiver de acordo, esta Nota constitua, conjuntamente com a resposta de V. Ex.<sup>a</sup> explicitando a sua anuência, o Protocolo Modificando o Acordo Celebrado entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Antiga República Socialista Federativa da Jugoslávia no Domínio dos Transportes Marítimos, que entrará em vigor logo que os procedimentos essenciais estejam concluídos nos dois países.

Aceite, Excelência, os protestos da mais alta consideração.

*Álvaro Mendonça e Moura.*

Republic of Slovenia.  
Ministry for Foreign Affairs.  
State Secretary.

Ljubljana, 22 August 1997.

Excellency:

I have the honour to acknowledge receipt of your Note dated 23 July 1997, which reads as follows:

«Minister:

I have the honour to submit to the consideration of Your Excellency the proposal of the Portuguese Government to modify the Agreement Concerning Cooperation in Maritime Transports, which was concluded between Portugal and the former Socialist Federal Republic of Yugoslavia.

The present proposal of modification has the purpose of conforming the Agreement with the new political reality which emerged from the constitution of the new States who succeeded to the former Socialist Federal Republic of Yugoslavia, from which originated, amongst others, the Republic of Slovenia, and also with the fundamental principles which rule over the European Union of whom Portugal is a Member State, namely the provisions laid down in Regulation (EEC) no. 4055/86, of the 22 of December 1986, which stipulate the principle of free movement of services in maritime transports between Member States and third countries.

In terms of the present proposal, article 3 of the Agreement concluded between the Portuguese Republic

and the former Socialist Federal Republic of Yugoslavia would have the following wording:

‘Article 3

1 — .....  
2 — The provisions laid down in this article shall not affect the application of the principle of free movement of services to maritime transports which are carried out between ports of Contracting States or between their ports and those of third countries.’

His Excellency Mr. Álvaro Mendonça e Moura, ambassador of the Portuguese Republic.  
Vienna.

I have the further honour to propose that, if acceptable to Your Excellency, this Note together with Your Excellency’s confirming reply, shall constitute a Protocol Modifying the Agreement concluded between the Government of the Portuguese Republic and the Government of the former Socialist Federal Republic of Yugoslavia, concerning Cooperation in Maritime Transports, which shall enter into force as soon as essential procedures are fulfilled in both countries.

Accept, Excellency, the assurances of my highest consideration.»

In reply, I have the honour to inform Your Excellency that your proposal is acceptable to the Government of the Republic of Slovenia and that your Note, together with this reply, shall constitute Protocol Modifying the Agreement between the Government of the Socialist Federal Republic of Yugoslavia and the Government of the Portuguese Republic on Cooperation in Maritime Transports, signed in Belgrade on 28 June 1979.

I avail myself of this opportunity to renew to Your Excellency the assurances of my highest consideration.

*Ivo Vajgl.*

**Aviso n.º 17/99**

Por ordem superior se torna público que Portugal depositou, em 19 de Outubro de 1998, na sede do Conselho da Europa, em Estrasburgo, o instrumento de ratificação da Convenção Europeia sobre o Branqueamento, Despistagem, Apreensão e Confisco dos Produtos do Crime.

A referida Convenção foi aberta à assinatura, em Estrasburgo, em 8 de Novembro de 1990 e assinada por Portugal no mesmo dia, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 70/97, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 287, de 13 de Dezembro de 1997, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 73/97, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 287, de 13 de Dezembro de 1997.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 12 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, *João José Gomes Caetano da Silva.*